



## **SENADO FEDERAL**

### **COMISSÃO DIRETORA**

#### **PARECER Nº 1029, DE 2015**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012, que *obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica*, consolidando as Emendas nºs 2, 3 e 4 – CE, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 11 de novembro de 2015.

**JORGE VIANA, PRESIDENTE**

**ELMANO FÉRRER, RELATOR**

**SÉRGIO PETECÃO**

**DOUGLAS CINTRA**

**ANEXO AO PARECER Nº 1029, DE 2015.**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012.

Obriga beneficiário de bolsa de estudo de programa da União a prestar colaboração a estabelecimento público de educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei visa a articular os programas federais de concessão de bolsas de estudos para a educação superior com as redes públicas de educação básica.

Art. 2º O estudante de graduação de instituição federal de educação superior beneficiário de bolsa de estudo custeada com recursos federais é obrigado, durante o período de duração da bolsa, a prestar serviços de divulgação, formação e informação científica e educacional, por no mínimo 2 (duas) horas semanais, em estabelecimento público de educação básica.

§ 1º São excluídos do disposto no *caput* o beneficiário de bolsa de iniciação à docência, de assistência estudantil e de formação de professores e o estudante que já desenvolva trabalho em escola pública em razão de atividades curriculares ou de extensão, ou em razão de atividade profissional, com carga horária igual ou superior à estabelecida nesta Lei.

§ 2º O bolsista no exterior cumprirá o disposto no *caput* quando do retorno ao Brasil.

Art. 3º A União, em articulação com os sistemas estaduais e municipais de educação, definirá:

- I – as áreas acadêmicas cujos bolsistas participarão das atividades de que trata o art. 2º, anualmente;
- II – o número anual de bolsistas participantes;
- III – as formas de participação dos bolsistas nas atividades das escolas;
- IV – os deveres e os direitos dos bolsistas e das instituições que os receberem;
- V – os mecanismos de acompanhamento das atividades desenvolvidas.

Parágrafo único. Os sistemas estaduais e municipais de educação interessados em contar com a atuação dos bolsistas em suas respectivas redes de ensino apresentarão projetos contemplando o disposto neste artigo, além de outras exigências constantes do regulamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.